Os poderes do Senado nos Estados Unidos

Josemar Dantas

Editor

Exibe o Congresso norte-americano, conforme, ainda uma vez, pudemos observar em nossa recente estada em Washington, certas competências ainda não inscritas nas prerrogativas do Poder Legislativo do Brasil. Por princípio, os mecanismos de controle prévio e posterior das ações do Executivo estabelecem uma partição extremamente igualitária dos poderes. Segue-se daí um equilíbrio político de efeitos estimulantes para o revigoramento das instituições democráticas, ao mesmo tempo em que situam os instrumentos de ação em um plano distante da exclusiva vontade pessoal do governante ou do legislador.

Sustenta-se, aqui, que ao Senado brasileiro cabe o exercício de uma função revisora, para evitar a aprovação de matérias muitas vezes resultantes de um eclipse momentâneo no equilíbrio emocional da Câmara. Ou, ainda, para aditar ou mudar normas capazes de tornar mais eficazes projetos já aprovados por aquela Casa.

Parece, todavia, não configurar-se a hipótese como verdadeira, ou, pelo menos, verdadeira em sua integralidade. Na prática, se o Senado altera projeto de lei aprovado pela Câmara, terá este obrigatoriamente de retornar ali, onde as emendas serão apreciadas para serem mantidas ou rejeitadas. Onde, pois, a função revisora do Senado, se as suas deliberações, nesse particular, não são definitivas?

Já o Senado norte-americano, embora não necessariamente investido de função revisora, ostenta competências exclusivas de alta relevância. Cabe-lhe, por exemplo, operar cortes ou remanejar o Orçamento sem necessidade de devolver à Câmara de Representantes o conhecimento da matéria. Por sinal a dieta de emagrecimento às despesas militares dos Estados Unidos no próximo ano, que ficaram limitadas a 282 bilhões de dólares, foi imposta pelo Senado. Coube à mesma Casa, por decisão própria, abrir ao Executivo, a pedido deste, crédito suplementar de 5,3 bilhões de dólares para ampliar os benefícios já concedidos aos trabalhadores desempregados.

Tais diferenças institucionais resultam, em síntese, na distribuição equitativa dos poderes, inclusive para evitar a hegemonia do Executivo, tal como, infelizmente, ocorre no Brasil.

DIREITO & JUSTIÇA